



**Eucatex S.A. Indústria e Comércio e
Sociedades Controladas**

**Demonstrações Financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017, de
2016 e parecer dos auditores independentes**

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Indústria e Comércio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Flávio Maluf

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf

Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Indústria e Comércio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Flávio Maluf

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf

Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Eucatex S/A Indústria e Comércio, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes em data de 20 de março de 2018, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, e o orçamento de capital, em todos os seus aspectos relevantes estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Conselheiros:

Simone Carrera

Elaine Aparecida Alba

Marcos Roberto de Oliveira

Murici dos Santos

Marcello Joaquim Pacheco

Orçamento de Capital Exercício 2018

Descrição	Valores
Investimentos Industriais	6.000
Sustentação e Manutenção Fabril	34.000
Investimentos Florestais	55.500
Total	95.500

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, conselheiros e Administradores da

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eucatex S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Eucatex S.A. Indústria e Comércio e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos biológicos mensurados ao valor justo

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 2.17 e nº 15, os ativos biológicos são mensurados a valor justo, na periodicidade trimestral e determinados por meio do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, cujo valor presente do fluxo de caixa descontado é determinado com base em metodologia específica para refletir os modelos econômicos de uma unidade de negócios exclusiva para o plantio de eucalipto. Na determinação dessa metodologia, são utilizadas premissas que envolvem alto grau de julgamento da Administração da Companhia e suas controladas, como por exemplo: Fluxos de caixa líquido, Taxa de descontos, volume de colheita e periodicidade para cálculo do valor justo do ativo biológico menos custo para vender. Nesse sentido, com base na relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos controles internos relacionados à atividade florestal da Companhia e suas controladas, o envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas utilizadas, inclusive foram realizados testes em bases amostrais do recálculo do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado preparados pela Administração da Companhia e suas controladas, comparação com as informações obtidas de fontes externas, quando disponíveis, e realização de testes documentais para suportar os dados utilizados nas premissas de cálculo do valor justo, e avaliação da adequada divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, e que os critérios e premissas consideradas para a mensuração do valor justo dos ativos biológicos utilizados pela administração, assim como as respectivas divulgações na notas explicativas nºs 2.17 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.24 e nº 31, o reconhecimento de receita envolve controles com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando os aspectos de transferência de riscos e benefícios atrelados aos produtos e no momento adequado. Considerando o volume de transações envolvidas, portfólio de produtos, situação geográfica de logística e atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos determinados pela Companhia e suas controladas. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência de funcionamento desses controles, poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação e teste de controles internos que abrangem a estimativa do prazo médio de entrega por região geográfica no Brasil, bem como a identificação das vendas não entregues e que, conseqüentemente, não cumprem os critérios para reconhecimento;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia e suas controladas para estornar receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado;
- Teste documental, em bases amostrais de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar a adequação do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita de vendas faturadas e não entregue.
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento da receita da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nºs 2.24 e 31, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Estimativa de realização dos tributos diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.20 e nº 10, a Companhia mantém registrados créditos tributários no saldo Consolidado, oriundos de diferenças temporárias, base negativa e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, substancialmente, esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera provável que a Companhia e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro suficientes para compensar os saldos desses créditos. Nessa consideração a Administração da Companhia e suas controladas, estabelecem substanciais julgamentos que visam estimar sua realização futura, como por exemplo na determinação das seguintes premissas: Fluxo de Caixa Descontado - trazido a valor presente; Taxas de descontos; Projeções de crescimento; e Projeções de despesas e custos. Nesse sentido, com base na relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração; a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas. Adicionalmente, recorremos a profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia e suas controladas quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura.
- O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos está consistente com a avaliação da Administração e com nossa opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas na notas explicativas nºs 2.20 e 10 às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações nas notas explicativas nºs 2.20 e 10, são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, que compreende a diretoria da Companhia e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 031522/F

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1SP 199692/O-5

Destques

4T17

Receita Líquida de R\$ 318,3 milhões (+11,9%)

EBITDA Recorrente de R\$ 59,5 milhões (+27,3%), com Margem de 18,7%

Lucro Líquido Recorrente de R\$ 18,6 milhões (+32,8%)

2017

Receita Líquida de R\$ 1.205,4 milhões (+5,3%)

EBITDA Recorrente de R\$ 212,7 milhões (+14,5%), com Margem de 17,6%

Lucro Líquido Recorrente de R\$ 65,3 milhões (+21,9%)

Valores em R\$ MM	4T17	4T16	Var. (%)	2017	2016	Var. (%)
Receita Líquida	318,3	284,5	11,9%	1.205,4	1.144,5	5,3%
Lucro Bruto	85,1	85,7	-0,7%	334,5	323,4	3,4%
Margem Bruta (%)	26,8%	30,1%	-3,4 p.p.	27,7%	28,3%	-0,5 p.p.
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	43,2	43,8	-1,6%	189,4	165,9	14,1%
Margem LAJIDA (EBITDA) (%)	13,6%	15,4%	-1,8 p.p.	15,7%	14,5%	1,2 p.p.
Lucro Líquido	2,3	11,1	-79,4%	41,9	33,6	24,9%
Lucro Líquido Recorrente	18,6	14,1	32,1%	65,3	53,6	21,9%
Endividamento Líquido	331,0	306,8	7,9%	331,0	306,8	7,9%
Dívida Líquida / LAJIDA (EBITDA) (UDM)	1,4	1,6	-15,1%	1,6	1,7	-5,7%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	59,5	46,8	27,1%	212,7	185,9	14,4%
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	18,7%	16,5%	2,2 p.p.	17,6%	16,2%	1,4 p.p.

Comentários da Administração

O ano de 2017 terminou com expectativas mais otimistas para 2018, baseadas no desempenho dos principais indicadores, que impactam os negócios da Companhia. Este ano foi marcado pela continuidade da queda das taxas dos juros e de inflação, que encerrou o ano abaixo da meta, influenciando positivamente a atividade econômica, que permaneceu com a sua trajetória discreta de melhora. Outro fator que impactou neste resultado positivo, foi a liberação das contas inativas do FGTS, que contribuíram para o aumento do consumo das famílias, diminuição do endividamento e retomada do crédito.

Os principais indicadores, que impactam os negócios da Companhia, encerraram o ano apresentando melhoras, que sinalizam o aumento da demanda e, conseqüentemente, da atividade industrial: redução da taxa de desemprego, expansão do rendimento real médio, além das boas condições de crédito com custos menores e maiores concessões para pessoa física. A estabilidade no comprometimento da renda e os níveis baixos de endividamento das famílias favorecem a tomada de novas dívidas. O cenário descrito tem colaborado com o desempenho do consumo, que apresenta sinais de melhora com crescimento a partir do 2T17, induzindo ao início de um novo ciclo de expansão da economia.

Um dos sinais de melhora é a recuperação, embora ainda no campo negativo, de um dos principais índices que medem o desempenho das indústrias de materiais de construção, é o índice ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), com queda de 4,0%, em 2017, melhora de 7,0 pp em relação ao ano de 2016 (-11,5%), e a expectativa para 2018 é de crescimento entre 1% a 2%.

Com expectativas de melhora nas taxas de desemprego, diminuição das taxas de juros e aumento do crédito, a Companhia acredita e está confiante no novo ambiente de negócios, dando continuidade a implantação de ações voltadas para o incremento das vendas nos mercados internos e externos, além da redução das despesas e melhoria de processos.

A Companhia realizou uma permuta de ativos com a Duratex, com a finalidade de aumentar a sua capacidade de Chapas de Fibras, que ainda aguarda aprovação do CADE, conforme fato relevante de 31 de janeiro de 2018.

Fato Relevante de 31 de Janeiro de 2018

EUCATEX S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 – Torre I – 11º andar – São Paulo/SP, comunica o mercado em geral que o Grupo Eucatex, no dia 31 de janeiro de 2018, fez uma proposta vinculativa aceita pela Duratex S.A envolvendo uma troca de ativos entre as empresas. A transação tem como base o valor de R\$ 60 milhões. O Grupo Eucatex receberá da Duratex instalações

e equipamentos destinados à produção de chapas finas de fibra de madeira (processo úmido), que estão localizados no Município de Botucatu, Estado de São Paulo, onde já possui sua unidade de MDP e Pisos Laminados e a maioria do seu ativo florestal.

A Duratex receberá do Grupo Eucatex uma fazenda denominada “Fazenda Vitoria”, localizada no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo. Esta fazenda se situa atualmente fora do raio ideal para o uso em suas unidades fabris, localizadas em Salto e Botucatu, Estado de São Paulo.

O fornecimento de madeira para essa nova unidade fabril virá de florestas próprias e de terceiros, incluindo a Duratex, com quem celebrará um contrato de fornecimento por até 7 anos, possibilitando a unidade fabril trabalhar na sua capacidade total de 200.000 m³/ano, caso haja mercado. Com base na legislação vigente, a consumação desta operação está condicionada à aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Até lá, a gestão das linhas permanecerá sob a responsabilidade da Duratex S.A.

Com a nova unidade de chapas finas de fibra de madeira (processo úmido), o Grupo Eucatex participará no Brasil e no exterior em clientes onde atualmente não atua com seus produtos, solidificando, assim, sua posição em um mercado cada vez mais globalizado.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

*José Antônio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores*

Desempenho Operacional e Resultados

As vendas físicas do Segmento Madeira da Companhia, somados os mercados interno e externo, no 4T17, apresentaram crescimento de 10,8%, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, impactadas pelo desempenho das vendas no mercado interno, superiores em 12,7%. O Mercado Total de Painéis de Madeira, segundo a IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), apresentou elevação de 10,5% no 4T17 – com aumento dos volumes vendidos de MDF (+7,9%) e de MDP (+16,2%) e queda em Chapa de Fibra (-7,0%).

Ainda neste Segmento, as vendas da Companhia para o Mercado Externo apresentaram queda no trimestre de 2,5% em volume.

As vendas físicas de Tintas da Companhia retraíram em 2,7% no 4T17, quando comparadas ao mesmo período de 2016. Segundo a ABRAFATI (Associação Brasileira

dos Fabricantes de Tintas), o mercado também apresentou crescimento de 2,3% no 4T17 e redução de 0,9% no ano de 2017.

Desempenho Operacional
base 100 - 2005

Vendas Físicas	4T17	4T16	Var. (%)	2017	2016	Var. (%)
Painéis de Madeira (MI)	149	133	12,7%	158	142	11,3%
Painéis de Madeira (ME)	207	212	-2,5%	155	141	9,7%
Tintas	296	304	-2,7%	322	342	-5,8%

MI - Mercado Interno / ME - Mercado Externo

Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida (R\$ MM)	4T17	4T16	Var. (%)	2017	2016	Var. (%)
Segmento Madeira	228,3	199,5	14,5%	872,5	820,6	6,3%
Segmento Tintas	68,4	68,4	0,0%	254,6	260,0	-2,1%
Outros	21,5	16,6	29,7%	78,3	63,9	22,5%
Receita Líquida	318,3	284,5	11,9%	1.205,4	1.144,5	5,3%

A Receita Líquida Total atingiu R\$ 318,3 milhões, ante R\$ 284,5 milhões no 4T16, crescimento de 11,9%. No ano, a elevação foi de 5,3% quando comparado a 2016, totalizando R\$ 1.205,4 milhões.

No Segmento Madeira, o crescimento da receita foi de 14,5%, fruto, principalmente, do desempenho no Mercado Interno. O aquecimento da economia, associado às ações implantadas no decorrer do ano de 2017, trouxeram resultados positivos para Companhia no setor de painéis. O Segmento de Tintas, no 4T17, permaneceu estável na Receita Líquida, comparativamente ao mesmo período de 2016, resultado do menor volume de vendas. O acumulado do ano foi impactado pelo desempenho do trimestre anterior.

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O CPV apresentou variação de +12,3% no 4T17, comparativamente ao 4T16. Os principais insumos da Companhia, sobretudo ligados a commodities e ao petróleo, tiveram comportamento de alta no 4T17, principalmente, nos insumos destinados a fabricação de Tintas. Em 2017, o CPV foi de R\$ 893,4 milhões, superior em 5% em relação ao ano anterior.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto atingiu R\$ 85,1 milhões no 4T17, contra R\$ 85,7 milhões no 4T16, retração de 0,7%, reflexo, basicamente, do aumento do faturamento e da variação do valor justo do ativo biológico, que se deve ao aumento do custo de capital calculado de acordo com a metodologia de valuation adotada. A Margem Bruta do trimestre alcançou 26,8%, queda de 3,4 pp em relação ao 4T16. No ano de 2017, o crescimento foi de 3,4% em relação ao ano de 2016, totalizando R\$ 334,5 milhões e Margem Bruta de 27,7%, uma pequena variação de -0,5 pp, aqui também teve como principal reflexo o ajuste do valor justo do ativo biológico.

Despesas Operacionais

Distribuição das Despesas (R\$ MM)	4T17	4T16	Var. (%)	2017	2016	Var. (%)
Gerais e Administrativas	(14,1)	(13,7)	3,0%	(56,7)	(57,1)	-0,7%
Vendas	(44,1)	(42,9)	2,7%	(170,6)	(168,8)	1,1%
Total de Despesas Operacionais	(58,2)	(56,6)	2,8%	(227,3)	(225,9)	0,6%
% da Receita Líquida	-18,3%	-19,9%	-1,6 p.p.	-18,9%	-19,7%	-0,9 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(0,0)	(0,3)	88,8%	(1,4)	(0,8)	82,9%

As despesas operacionais, no 4T17, representaram 18,3% da Receita Líquida, apresentando uma redução de 1,6 pp em relação ao mesmo período do ano anterior. Já em 2017, houve queda de 0,9 pp, reflexo dos ajustes que vem sendo promovidos na estrutura da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA

Como consequência do exposto, o EBITDA Recorrente somou R\$ 59,5 milhões, aumento de 27,1% em relação ao alcançado no 4T16. A Margem EBITDA Recorrente atingiu 18,7%, ante 16,5% obtido em igual período do ano anterior. Em 2017, o EBITDA Recorrente foi de R\$ 212,7 milhões, representando um crescimento de 14,4% em relação a 2016, e a Margem EBITDA Recorrente de 17,6%, 1,4 pp superior.

Os principais eventos não recorrentes, registrados no 4T17, foram o parcelamento de impostos e gastos com processos trabalhistas.

Reconciliação do LAJIDA (EBITDA) (R\$ MM)	4T17	4T16	Var. (%)	2017	2016	Var. (%)
Lucro Líquido	2,3	11,1	-79,4%	41,9	33,6	24,9%
IR e CS	(10,7)	(0,5)	-1872,1%	(10,6)	2,9	-462,8%
Resultado Financeiro Líquido	19,0	15,2	25,2%	51,1	40,1	27,4%
LAJIR	10,6	25,7	-58,9%	82,5	76,6	7,6%
Depreciação e Amortização	32,0	26,4	21,0%	129,4	119,1	8,6%
LAJIDA (EBITDA) inst. CVM 527/12	42,5	52,1	-18,4%	211,8	195,7	8,2%
Margem EBITDA	13,4%	18,3%	-5 p.p.	17,6%	17,1%	0,5 p.p.
Ajustes não Caixa						
Varição no valor justo dos ativos biológicos	0,6	(8,3)	-107,4%	(22,5)	(29,8)	-24,6%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	43,2	43,8	-1,6%	189,4	165,9	14,1%
Eventos não recorrentes	16,3	3,0	448,9%	23,3	20,0	16,8%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	59,5	46,8	27,1%	212,7	185,9	14,4%
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	18,7%	16,5%	2,2 p.p.	17,6%	16,2%	1,4 p.p.

Lucro Líquido Recorrente

O lucro líquido recorrente no 4T17 somou R\$ 18,6 milhões, crescimento de 32,8%, quando comparado ao 4T16. No ano de 2017, totalizou R\$ 65,3 milhões, representando elevação de 22,0% em relação a 2016.

Dívida

A dívida líquida da Companhia, ao final de 2017, somava R\$ 331,0 milhões e representava 1,6 X o EBITDA recorrente, se apresentando estável em relação ao informado no final do ano de 2016.

Endividamento (R\$ MM)	2017	2016	Var. (%)
Dívida de Curto Prazo	245,2	241,3	1,6%
Dívida de Longo Prazo	106,1	114,4	-7,2%
Dívida Bruta	351,3	355,7	-1,2%
Disponibilidades	20,3	23,6	-13,8%
Dívida Líquida	331,0	332,1	-0,3%
% Dívida de curto prazo	70%	68%	2 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	1,6	1,8	-14,3%

Investimentos

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 30,5 milhões no 4T17, destinados à manutenção das atividades industriais e florestais da Companhia. Em 2017, foram investidos R\$ 108,2 milhões e para 2018, está prevista a redução dos níveis de aportes na ordem de 8,8%, em relação a 2017, R\$ 95,5 milhões, com foco nos investimentos florestais.

Sustentabilidade

A sustentabilidade florestal da Eucatex é garantida por 45,7 mil hectares de florestas, todas localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia é reconhecida por praticar o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira empresa do setor a conquistar a ISO 9001, em 2000. Possui certificação ISO 14001 e o Selo Verde, certificado concedido pelo *Forest Stewardship Council (FSC)*, que atesta o manejo de suas florestas de acordo com rigorosos padrões socioambientais e econômicos.

A Eucatex foi pioneira ao implantar a primeira linha de reciclagem de resíduos de madeira em escala industrial na América do Sul. A utilização de equipamentos de última geração permite que o material captado em um raio de, aproximadamente, 120 quilômetros de distância da unidade de Salto/SP seja utilizado como matéria-prima na produção de chapas e como biomassa para queima em suas caldeiras. A capacidade total de processamento é de 240 mil ton/ano o equivalente a, aproximadamente, 2 milhões de árvores, 470 mil m³ de madeira em pé ou 1.500 hectares de florestas plantadas. O investimento para manter esse volume de madeira, considerando um ciclo de sete anos, em terras e plantio, seria de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Além do aspecto “custo”, o processo de reciclagem de madeira evita que o material seja destinado a aterros sanitários das cidades.

Mercado de Capitais

As ações PN da Eucatex, listadas na B3 com código EUCA4, encerraram o 4T17 cotadas a R\$ 3,95. O valor de mercado da Companhia ao final do período era de R\$ 365,8 milhões, cerca de 30% do valor patrimonial.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.687	48	7.009	13.860
Títulos e valores mobiliários	6	161	5.023	13.291	9.692
Contas a receber de clientes	7	-	97	253.404	228.463
Partes relacionadas	14	-	65.607	-	-
Estoques	8	-	-	175.411	187.314
Impostos a recuperar	9	1.854	2.039	17.752	22.982
Despesas antecipadas	-	-	-	4.516	3.089
Outros créditos	11	-	506	3.718	2.071
Total do ativo circulante		3.702	73.320	475.101	467.471
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	-	-	28.241	19.497
Partes relacionadas	14	134.844	134.622	-	-
Impostos a recuperar	9	51	77	2.023	2.221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	8.599	-	56.985	46.562
Bens destinados a venda	-	-	-	297	448
Propriedade para investimento	12	-	-	25.490	25.455
Depósitos judiciais	-	1.035	760	7.820	6.761
Outros Créditos	11	-	-	11.128	14.227
		144.529	135.459	131.984	115.171
Investimentos	13	1.193.266	1.154.816	-	-
Ativos biológicos	15	-	-	423.789	402.744
Imobilizado	16	881	877	1.008.649	1.028.811
Intangível	17	-	-	235	251
		1.194.147	1.155.693	1.432.673	1.431.806
Total do ativo não circulante		1.338.676	1.291.152	1.564.657	1.546.977
Total do ativo		1.342.378	1.364.472	2.039.758	2.014.448

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	19	-	1.174	140.372	133.534
Empréstimos e financiamentos	18	-	154	245.155	228.808
Obrigações trabalhistas	20	-	-	24.470	27.303
Obrigações tributárias	21	24	-	12.673	9.874
Partes relacionadas	14	48.358	109.694	-	-
Tributos parcelados	22	1.842	1.562	23.032	28.335
Adiantamento de clientes	-	44	42	12.887	11.939
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27	36.082	32.383	69.612	65.913
Lucros não realizados	-	-	-	-	-
Debêntures a pagar	25	-	-	-	12.522
Provisão para perdas com investimentos	13	4.286	4.814	-	-
Contas a pagar	23	1.286	-	26.065	20.407
Total do passivo circulante		91.922	149.823	554.266	538.635
Não circulante					
Passivo exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	106.145	114.365
Tributos parcelados	22	10.735	11.042	13.873	32.123
Imposto de renda e contribuição social/diferido	26	2.387	2.387	97.493	94.780
Provisão para demandas judiciais	24	-	-	30.684	33.365
Total do passivo não circulante		13.122	13.429	248.195	274.633
Patrimônio líquido					
Capital social	27	488.183	488.183	488.183	488.183
Reservas de reavaliação	27	201.921	201.955	201.921	201.955
Reservas de lucros	27	459.492	425.871	459.492	425.871
Ajuste de avaliação patrimonial	27	89.782	87.380	89.782	87.380
Outros resultados abrangentes	27	903	778	903	778
Ações em tesouraria	27	(2.947)	(2.947)	(2.947)	(2.947)
Lucros acumulados	27	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.237.334	1.201.220	1.237.334	1.201.220
Participação de não controladores		-	-	(37)	(40)
Total do patrimônio líquido e participação dos não controladores		1.237.334	1.201.220	1.237.297	1.201.180
Total do passivo e patrimônio líquido		1.342.377	1.364.472	2.039.758	2.014.448

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstração de resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita operacional líquida	31	-	45.575	1.205.361	1.144.450
Variação do valor justo dos ativos biológicos	15	-	-	22.496	29.831
Custo dos produtos vendidos	32	-	(36.631)	(898.256)	(855.177)
Lucro bruto		-	8.944	329.601	319.104
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas	32	-	-	(172.248)	(175.173)
Despesas gerais e administrativas	32	(622)	(2.737)	(51.088)	(49.335)
Honorários da administração	14	(686)	(169)	(6.781)	(8.549)
Resultado de equivalência patrimonial	13	38.853	31.465	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(5.603)	(387)	(17.029)	(9.473)
		31.942	28.172	(247.146)	(242.530)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		31.942	37.116	82.455	76.574
Receita Financeira	34	1.363	5.275	43.581	86.338
Despesa Financeira	34	(3.656)	(8.187)	(94.731)	(126.471)
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		29.649	34.204	31.305	36.441
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26	-	(662)	(7.835)	(4.573)
Diferido	26	12.288	36	18.470	1.642
		12.288	(626)	10.635	(2.931)
Lucro líquido do exercício antes da participação minoritária		41.937	33.578	41.940	33.510
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Sociedade		41.937	33.578	41.937	33.578
Não controladores		-	-	3	(68)
Lucro líquido do exercício atribuído aos controladores		41.937	33.578	41.940	33.510
Lucro básico por ação no período - R\$		0,46	0,36	0,46	0,36
Valor patrimonial por ação no período - R\$		13,43	13,04	13,43	13,04

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro líquido do exercício	41.937	33.578	41.940	33.510
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajustes acumulados de conversão em controladas	124	(913)	124	(913)
Total resultado abrangente do exercício	42.061	32.665	42.064	32.597
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da Companhia	42.061	32.665	42.061	32.665
Não controladores	-	-	3	(68)
	42.061	32.665	42.064	32.597

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eucatex S/A Indústria e Comércio
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	29.649	34.204	31.305	36.441
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	63.032	64.473
Exaustão de ativos biológicos	-	-	66.358	54.623
Valor residual de imobilizado alienado	-	-	481	70
Valor da baixa de investimentos	-	-	116	(295)
Variação valor justo dos ativos biológicos	-	-	(22.496)	(29.831)
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	801	165	41.411	12.595
Provisão (Reversão) de obrigações e outros	3.688	-	2.749	11.896
Resultado de equivalência patrimonial	(38.853)	(31.465)	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	4.862	(3.029)	(3.599)	3.992
Contas a receber de clientes	97	-	(35.650)	(11.243)
Créditos com partes relacionadas	4.048	25.019	-	-
Estoques	-	-	11.903	28.236
Impostos a recuperar	211	1.634	7.175	(5.985)
Despesas do exercício seguinte	-	-	(1.427)	(1.171)
Depósitos judiciais	(275)	(12)	(1.059)	7.652
Outros créditos	506	(506)	1.451	3.082
Fornecedores	(1.174)	(6.111)	6.838	(16.617)
Obrigações trabalhistas e tributárias	24	(1.541)	(2.321)	(15.020)
Tributos parcelados	(828)	(1.491)	(27.556)	(31.921)
Adiantamento de clientes	2	(233)	948	1.769
Contas a pagar	1.286	-	5.658	(11.382)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.044	16.634	145.317	101.364
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Redução de capital em controladas	-	-	124	(913)
Acréscimo do imobilizado	(4)	(877)	(43.335)	(49.202)
Acréscimo do Ativo Biológico	-	-	(64.907)	(43.729)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4)	(877)	(108.118)	(93.844)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(154)	(15.760)	(223.657)	(201.154)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	-	181.854	203.593
Distribuição de dividendos/Juros sobre capital próprio	(2.247)	-	(2.247)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	(2.401)	(15.760)	(44.050)	2.439
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.639	(3)	(6.851)	9.959
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial em caixa e equivalentes de caixa	48	51	13.860	3.901
Saldo final em caixa e equivalentes de caixa	1.687	48	7.009	13.860
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.639	(3)	(6.851)	9.959

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	65.606	1.512.843	1.437.932
Outras receitas	-	-	2.104	1.466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-	(2.031)	(1.221)
	-	65.606	1.512.916	1.438.177
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	-	-	(656.296)	(667.371)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	3.692	(55.498)	(325.930)	(271.322)
	3.692	(55.498)	(982.226)	(938.693)
Valor adicionado líquido produzido	3.692	10.108	530.690	499.484
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	-	(129.390)	(119.096)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.692	10.108	401.300	380.388
Resultado de equivalência patrimonial	41.574	31.465	-	-
Outras receitas / recuperações	8	6	3.171	2.069
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	1.322	5.275	43.581	86.339
	42.904	36.746	46.752	88.408
Valor adicionado total a distribuir	46.596	46.854	448.052	468.796
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	379	169	152.612	152.056
Benefícios	-	-	42.793	42.769
FGTS	-	-	9.079	8.997
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	768	31	69.031	52.149
Estaduais	378	4.888	34.900	49.369
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	3.134	8.188	94.731	126.472
Aluguéis	-	-	2.969	3.406
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	5.947	4.773	5.947	4.773
Lucro líquido do exercício	35.990	28.805	35.990	28.805
	46.596	46.854	448.052	468.796

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eucatex S.A. Indústria e Comércio
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação		Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Controladoras	Controladas	Legal	Expansão e investimento	A realizar						
Saldos em 1º de janeiro de 2016													
	488.163	(2.947)	201.695	357	21.165	263.256	109.691	1.691	90.237	-	1.173.328	28	1.173.356
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.578	33.578	(68)	33.510
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(913)	-	-	(913)	-	(913)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(913)	-	33.578	32.665	(68)	32.597
Reserva legal	-	-	-	-	1.679	-	-	-	-	(1.679)	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(2.857)	2.857	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	15.757	-	(15.757)	-	-	-	-
Reserva de reavaliação realizada	-	-	(31)	(66)	-	-	-	-	97	-	-	-	-
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.773)	-	(4.773)	-	(4.773)
Constituição de reserva para expansão e investimento	-	-	-	-	-	14.323	-	-	(14.323)	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016													
	488.163	(2.947)	201.664	291	22.844	277.579	125.448	778	67.380	-	1.201.220	(40)	1.201.180
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.937	41.937	3	41.940
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	124	-	-	124	-	124
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	124	-	41.937	42.061	3	42.064
Reserva legal	-	-	-	-	2.097	-	-	-	(2.097)	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.402)	-	2.402	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	16.088	-	(16.088)	-	-	-	-
Reserva de reavaliação realizada	-	-	18	(52)	-	-	-	-	34	-	-	-	-
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.947)	-	(5.947)	-	(5.947)
Constituição de reserva para expansão e investimento	-	-	-	-	-	17.839	-	-	(17.839)	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017													
	488.163	(2.947)	201.682	239	24.941	295.418	139.134	902	89.762	-	1.237.334	(37)	1.237.297

* As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eucatex S.A. Indústria e Comércio e Sociedades Controladas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio e suas controladas “Companhia” é uma sociedade anônima de capital aberto com sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo/SP.

As atividades das empresas da “Companhia” compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas e indiretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 ações preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”). Desse total, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 483.034 ações preferenciais em tesouraria.

A Companhia possui 4 (quatro) unidades industriais e 28 mil hectares de florestas plantadas em 74 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2018.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) - IAS 1) e de acordo com a deliberação CVM 676/11 que aprovou o CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis e individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo.

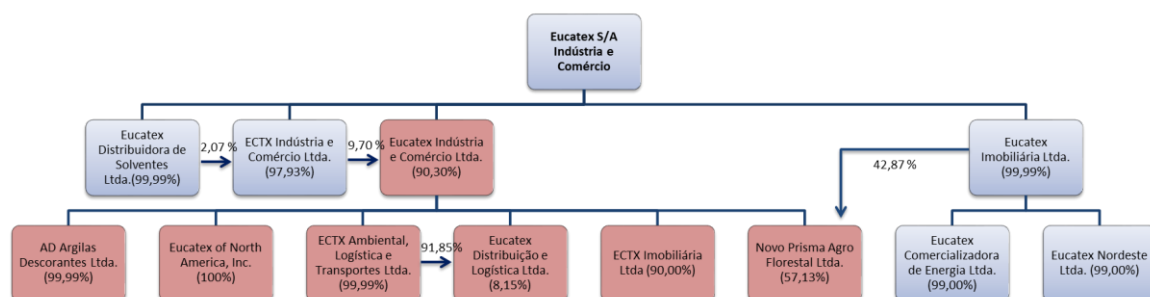
2.3. Demonstrações Contábeis consolidadas

Controladas

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores (Nota 13).

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S. A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas e indiretas conforme abaixo:

Descrição	% de participação em 31 de dezembro de 2017	% de participação em 31 de dezembro de 2016	Localização da sede	Atividade principal
Diretas				
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	90,30	96,88	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de painéis de madeira(chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como painéis de divisória, portas, pisos laminados, tintas imobiliárias, vernizes e lacas.
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	97,93	97,93	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de tintas imobiliárias.
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	99,99	99,99	Salto (SP)	Comercialização de solventes.
Eucatex Imobiliária Ltda.	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária - venda de terrenos.
Indiretas				
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Atividade florestal - cultivo de florestas de eucalipto.
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Eucatex Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	99,99	100,00	São Paulo (SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Eucatex North America, Inc.	100,00	100,00	Alpharetta (GA) EUA	Comercialização de artefatos de madeira.
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	99,00	99,00	São Paulo (SP)	Compra e venda de energia elétrica e outros agentes desse mercado.
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	99,00	99,00	Cabo de Santo Agostinho (PE)	Produção e comercialização de tintas, lacas, vernizes e corantes.
AD Argilas Descorantes Ltda.	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Comercialização de argilas, tintas, lacas, vernizes, solventes, pisos laminados de madeira e seus acessórios, divisórias, portas de madeira e chapas de madeira.
ECTX Imobiliária Ltda.	90,00	90,00	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária de venda e compra de imóveis próprios de terceiros.



Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.4. Novas normas contábeis, alterações e interpretações

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

(a) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

Norma: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Vigência: 1º de janeiro de 2018

Principais pontos introduzidos pela norma: A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não na demonstração do resultado do exercício.

Impactos da adoção: A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários, para os investimentos em títulos da dívida agrária), ao valor justo por meio do resultado abrangente (outros investimentos) ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).

Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

Norma IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Vigência 1º de janeiro de 2018

Principais pontos introduzidos pela norma: Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.

Impactos da adoção: A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

(b) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

Norma IFRS 16 – Leases

Vigência 1º de janeiro de 2019

Principais pontos introduzidos pela norma: Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Impactos da adoção: A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto à diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

2.5. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões

operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas, suportada pelo Conselho de Administração.

2.6. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, exceto pela *Eucatex of North America, Inc.* que é o dólar dos Estados Unidos da América (USD). O Real é a moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional da Companhia (Controladora), o Real ("R\$") utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados (ou, se não disponível, a taxa de câmbio do primeiro dia útil subsequente disponível). Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício ou período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Sociedades da Companhia

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de resultados abrangentes.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.8. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para negociação e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros.

2.9. Ativos financeiros

2.9.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros atualmente estão classificados como “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento”.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento, e que não são classificados a valor justo por meio do resultado nem como disponíveis para venda no reconhecimento inicial, nem atendem à definição de empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas financeiras". No caso de deterioração, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na demonstração consolidada do resultado como “Resultado de perdas com *impairment* de ativos financeiros”.

Classificam-se nessa categoria os títulos e valores mobiliários.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos a receber de clientes e os saldos a receber de partes relacionadas. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo método do custo, usando a taxa de juros efetiva.

2.9.2. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, quando aplicáveis.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.9.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há

uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.9.4. Redução de valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.10. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente os efeitos de taxa de câmbio, visto que suas receitas são geradas em reais (“R\$”) e a Companhia possui compromissos significativos em dólares norte-americanos (“USD”).

De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Quando contratados, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

2.11. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade as operações de curto prazo e estão apresentadas por valores próximos aos seus valores presentes, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis.

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.12. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior àquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

2.13. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

(a) Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

(b) Desenvolvimento e Implantação de sistemas (softwares)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são

reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) A Administração pretende concluir o software e usá-lo; (iii) O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (iv) Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e (v) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.14. Propriedade para investimentos

A Companhia registra como propriedade para investimento, seguindo as premissas do CPC 28, que após o reconhecimento inicial, a Companhia determinou o método do custo, a qual refere-se à fazenda localizada na cidade de Salto denominada "Rancho Feliz", com metragem aproximada de 1,4 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com empresas do setor imobiliário para realização de um projeto que visa venda de lotes residenciais e comerciais. (Nota 12).

2.15. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 16. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para impairment de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a opção do custo atribuído (*deemed cost*), exceto para terrenos (fazendas), conforme CPC 27/IAS 16 (Interpretação Técnica – ICPC 10) por avaliarem que a vida útil econômica revisada para fins de depreciação melhor reflete o valor dos ativos (Nota 16).

2.16. Impairment de ativos não-financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.17. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados pelas reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita (Nota 15). Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de chapas. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado para eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé". Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região. A Companhia avalia seus ativos biológicos trimestralmente.

2.18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro-rata temporis*").

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas de acordo com o regime contábil de competência.

2.19. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estas contas, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.20. Tributos sobre o lucro

São calculados com base no resultado do período ou exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto pela proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial".

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados principalmente em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa do ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

2.21. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.22. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros (PLR) que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício ou período, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e divulgados;
- c) Obrigações legais são registradas na rubrica provisões para demandas judiciais.

2.24. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Reconhecimento de vendas de mercadorias

Na receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados aos produtos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva, pelo método do custo amortizado.

(c) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Empresas da Companhia:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 4% a 20%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Em 15 de março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, assim a Companhia, amparada pelo posicionamento de seus assessores legais, a partir desta data, vem efetuando a apuração do PIS e COFINS excluindo o ICMS da base de cálculo, com base nos efeitos dessa decisão.

Exceto, para as controladas – Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., cujas alíquotas de PIS e COFINS destacamos:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Com relação a *Eucatex of North America Inc.* (“ENA”), situada em Alpharetta (GA) – EUA, a tributação ocorre em consonância com a legislação tributária local.

Esses encargos são representados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.25. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.26. Lucro por ação – básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações preferenciais e ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento contábil CPC 41 / IAS 33.

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

2.27. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos dos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos, sendo um total de 49 fazendas arrendadas em 31 de dezembro de 2017 e 53 fazendas em 31 de dezembro de 2016.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 16.

2.28. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Companhia. Conforme previsto no estatuto social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.29. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais,

sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Desta forma, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, quando aplicável.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. Estas estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias, elaborados com a utilização das informações disponíveis na data. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

- **Valor justo do ativo biológico**

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com os métodos estabelecidos pelo CPC 29 / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações contábeis da Companhia. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas, como preço de venda, quantidade e cúbica de madeira podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente na valorização ou desvalorização desses ativos.

- **Recuperação de propriedades e equipamentos**

Com base em fluxos de caixa futuros a Companhia avalia a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas suas atividades e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

- **Revisão da vida útil**

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas pela Administração e quando necessário são contratados consultores externos para itens específicos.

- **Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

4.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas:

Consolidado	Valor contábil Controladora		Valor justo Controladora		Valor contábil Consolidado		Valor justo Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	1.687	48	1.687	48	7.009	13.860	7.009	13.860
Títulos e valores mobiliários	161	5.023	161	5.023	13.291	9.692	13.291	9.692
Contas a receber, líquidas - circulante e não circulante	-	97	-	97	281.645	247.960	281.645	247.960
Total	1.848	5.168	1.848	5.168	301.945	271.512	301.945	271.512
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante	-	154	-	154	351.300	343.173	362.771	354.686
Contas a pagar e fornecedores - circulante e não circulante	1.286	-	1.286	-	166.437	153.941	166.437	153.941
Debêntures a pagar - circulante e não circulante	-	-	-	-	-	12.522	-	12.522
Total	1.286	154	1.286	154	517.737	509.636	529.208	521.149

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;
- b) A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40(R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos financeiros de nível 1 e 2, utiliza-se da seguinte técnica de avaliação:

O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

4.2 Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

A Companhia só possui instrumentos financeiros de nível 2 e a mensuração do valor justo é derivado de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

Em 31/12/2017	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Ações	138	-	593	-
Aplicações financeiras	-	23	10	12.688
Total	138	23	603	12.688
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	245.155
Debêntures	-	-	-	-
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	106.145
Debêntures	-	-	-	-
Total	-	-	-	351.300

Em 31/12/2016	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Ações	4.932	-	5.603	-
Aplicações financeiras	-	91	10	4.079
Total	4.932	91	5.613	4.079
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	154	-	228.808
Debêntures	-	-	-	12.522
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	114.365
Debêntures	-	-	-	-
Total	-	154	-	355.695

4.3 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, derivativos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, para linhas de empréstimos e financiamentos nacionais e aplicações financeiras em moeda nacional, que utiliza a variação do CDI. Para linhas de crédito em moeda estrangeira os principais riscos estão associados à variação cambial e a variação da taxa libor.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos e financiamentos a Companhia possui linhas de FINAME, Capital de Giro, SACE, CCE/Real, Pré-Pagamento de Exportação e Adiantamentos de Contrato de Câmbio – ACC e CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações em CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresentam diferenças significativas para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta no período findo em 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cujo o DI acumulado para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 9,93% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Consolidado	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Apliação Financeira Posição 31/12/2017	12.688	CDI	9,93%	7,45%	4,97%
Consolidado			1.260	945	631
Apliação Financeira Posição 31/12/2016	4.079	CDI	14,00%	10,50%	7,00%
			571	428	286

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas o qual a Companhia está exposta na data base de período findo em 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável que impactaria os resultados futuros, e a partir deste calculadas as variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para ser liquidado a partir de 2016. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Correção da TJLP			7,00%	8,75%	10,50%
Financiamentos – Finame	TJLP	1.141	80	100	120
Varição cambial			10,00%	12,50%	15,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	US\$/EURO	205.640	20.564	25.705	30.846
Alteração no CDI			9,93%	12,41%	14,89%
Empréstimos e Financiamentos em reais	CDI	144.519	14.351	17.935	21.519

4.4 Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo quando existentes, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía derivativos nas modalidades de Swap e NDF:

As operações de swap contratadas têm a finalidade de reduzir os efeitos do custo de captação

já que se tratam de opções pelas quais os prêmios já foram pagos na data de desembolso das NCEs – Notas de crédito à exportação.

Caso não haja ganho na data de liquidação não haverá exercício e, portanto, não haverão desembolsos.

Controladora e consolidado					
31/12/2017					
Instrumento	Ativo (Objeto Protegido)	Passivo (Risco Contratado)	Vencimentos	Notional (R\$)	Saldo (MTM R\$)
Swap	USD	Pré	26/03/2018	12.000	-
Swap	USD	Pré	25/06/2018	4.100	-
				16.100	-

Operações com NDFs em R\$ Mil:

Instrumento	Moeda-EUR	Vencimento	Valor justo em 31/12/2017
NDFs	150	04/06/2018	(10)
NDFs	150	02/08/2018	(15)
NDFs	200	03/09/2018	(20)
NDFs	100	03/09/2018	(11)
NDFs	100	02/08/2018	(4)
TOTAL	700		(60)

Análise da sensibilidade NDF:

NDF - Euro						
					-25%	-50%
Nacional (Euro Mil)	Preço contratado	Preço em 31/12/2017	Valor Justo	Ajuste		
700	R\$3,87/EUR	R\$3,9693/EUR	(60)	(15)	(30)	
700			(60)	(15)	(30)	

4.5 Fatores de risco financeiro

A Companhia considerando suas controladas diretas e indiretas estão expostos a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

A Administração da Companhia e suas controladas dispõe de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas, considerando que não são realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos alavancados.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que a mesma adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Está demonstrada a seguir a exposição consolidada, por moeda, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, fornecedores e das disponibilidades:

EM MILHARES DE REAIS		
Consolidado	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos:		
Dólar norte-americano	(205.640)	(206.689)
Total (1)	(205.640)	(206.689)
Fornecedores a pagar:		
Dólar norte-americano	(642)	(2.653)
Euro	(1.307)	(2.072)
Total (2)	(1.949)	(4.725)
Disponibilidades e conta a receber:		
Dólar norte-americano	25.320	23.187
Euro	12	11
Total (3)	25.332	23.198
Exposição líquida (1 + 2 -3):		
Dólar norte-americano	(180.962)	(186.155)
Euro	(1.295)	(2.061)
Total	(182.257)	(188.216)

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólida.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos ambientais

Atividade florestal/industrial

A divisão florestal declara em sua política ambiental, que assume princípios em suas ações para preservação e conservação do meio ambiente e na sua “Missão, Visão e Valores” o bom relacionamento com as comunidades do entorno.

Poluição do ar: controlada e verificada por meio de medições periódicas realizadas nas máquinas, equipamentos e geradores que desenvolvem as atividades florestais, cumprindo os níveis determinados por lei estadual.

Recursos hídricos:

Quantidade: por meio da obtenção da outorga de uso de água, é controlado o volume utilizado e descartado nos efluentes.

Qualidade: realizadas amostragens e análises periódicas no montante, efluentes e jusante, comparando com padrões de legislação federal e estadual, a captação de água para abastecimento das fábricas obedece à legislação ambiental de cada localidade e às licenças de operação das Unidades. Cabe destacar que em decorrência de uma possível crise hídrica, a Companhia adotou medidas que visam mitigar os riscos da falta de abastecimento de água em suas dependências.

Conservação dos solos: Realizados monitoramentos mensais, e posterior tomada de ações para mitigar possíveis impactos negativos causados pelas atividades florestais.

Ativos florestais: por meio de rondas diárias e monitoramentos são realizados controles para proteção contra pragas, incêndios e plantas daninhas.

Biodiversidade: São mantidas matas naturais, entremeadas com plantios de eucalipto, em cumprimento a legislação federal nas formas de APP (Área de Preservação Permanente) e reserva legal.

Resíduos e rejeitos: O armazenamento, descarte e controle é realizado por meio de gestão de resíduos que permite dar destino correto à todos os resíduos gerados nas atividades florestais, para empresas habilitadas e licenciadas pelo órgão ambiental, seguindo as legislações estaduais e federais.

Comunidades do entorno: Abertura de canal de diálogo participativo com as comunidades diretamente afetadas pelas atividades florestais, três meses antes de iniciar os trabalhos para levantamento dos impactos positivos e negativos da atividade na comunidade e possíveis forma de mitigação, por meio de geração de emprego, educação ambiental, entre outros.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

31/12/2017	Curto Prazo	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Fornecedores	140.372	-	-	-	-	-	140.372
Financiamentos	245.155	51.330	17.068	13.783	12.811	11.153	351.300
Contas a pagar	26.065	-	-	-	-	-	26.065
Total	411.592	51.330	17.068	13.783	12.811	11.153	517.737
31/12/2016	Curto Prazo	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	Total
Fornecedores	133.534	-	-	-	-	-	133.534
Financiamentos	228.808	61.961	19.047	11.308	11.062	10.987	343.173
Debêntures	12.522	-	-	-	-	-	12.522
Contas a pagar	20.407	-	-	-	-	-	20.407
Total	395.271	61.961	19.047	11.308	11.062	10.987	509.636

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (Nota 18), debêntures (Nota 25) deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (Nota 5 e 6) e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Eucatex é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	-	154	351.300	343.173
Debêntures	-	-	-	12.522
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	(1.848)	(5.071)	(20.300)	(23.552)
Dívida líquida	(1.848)	(4.917)	331.000	332.143
Patrimônio líquido	1.237.334	1.201.220	1.237.297	1.201.180
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.235.486	1.196.303	1.568.297	1.533.323
Índice de alavancagem financeira	0%	0%	27%	28%

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Numerários	-	-	253	223
Bancos conta movimento	1.687	48	6.756	13.637
Total	1.687	48	7.009	13.860

Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos imediatamente disponíveis, as aplicações financeiras em investimentos com risco insignificante de alteração de valor em reais indexadas à taxa dos certificados de depósitos interbancários (taxa “DI” ou “CDI”) com prazo inferior a três meses.

6. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ações	138	4.932	593	5.603
Título de capitalização	-	-	10	10
Aplicações em CDB	23	91	12.688	4.079
Total	161	5.023	13.291	9.692

Os registros efetuados nesta rubrica referem-se a títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco disponíveis para negociação, representado principalmente por certificados de depósitos bancários remunerados com base na variação do CDI.

Ações adquiridas no mercado financeiro

A Companhia recebeu ações da Eletrobrás como parte do pagamento de uma ação que contestou o valor da correção monetária do empréstimo compulsório sobre energia, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia já havia negociado essas ações no mercado financeiro.

Investimentos de curto prazo – CDB

Nesta rubrica estão registrados os títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, representado principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados com base na variação do rendimento médio de Depósito Interbancário (CDI) de 100%.

7. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Clientes nacionais	-	97	313.472	274.951
AVP de clientes	-	-	(801)	(3.594)
Clientes exterior	-	-	23.666	23.187
Cessão de crédito (1)	-	-	(48.637)	(42.830)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(6.055)	(3.754)
Total	-	97	281.645	247.960
Ativo circulante	-	97	253.404	228.463
Ativo não circulante	-	-	28.241	19.497
Total	-	97	281.645	247.960

(1) O montante de R\$ 48.637 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 42.830 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à cessão de crédito junto às instituições financeiras, nas modalidades “sem” qualquer direito de regresso e cobrança, exceto pelo não cumprimento de condições comerciais inerentes ao processo de venda. Em 31 de dezembro de 2017 não há qualquer ato ou fato que possa ensejar opção pela devolução ou o não pagamento de qualquer dos créditos. Os juros médios incidentes nesta operação são de 1,17% a.m., registrados na rubrica “Despesas financeiras”.

Conforme informado na Nota 18 – empréstimos e financiamentos, a Companhia possui aproximadamente 50% do saldo de duplicatas a receber de clientes nacionais oferecidos como garantia na obtenção de empréstimos e financiamentos.

a) A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	-	97	271.963	242.317
Vencidos até 30 dias	-	-	6.885	6.565
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	761	1.987
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	1.136	316
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	1.715	931
Vencidos a mais de 180 dias	-	-	6.041	3.192
TOTAL	-	97	288.501	255.308

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito de acordo com o perfil analisado com base em informações financeiras e dados do SERASA e acompanhamento

permanente do seu saldo devedor. A provisão para “perda estimada com créditos de liquidação duvidosa” foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Movimentação da PCLD – Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(3.754)	(3.788)
Adições	(2.493)	-
Baixas	192	34
Saldo Final	(6.055)	(3.754)

c) Movimentação do AVP – Ajuste a valor presente:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(3.594)	(3.626)
Adições	(186)	(450)
Baixas	2.979	482
Saldo Final	(801)	(3.594)

8. Estoques

Descrição	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	73.183	89.367
Produtos semi-acabados	25.441	34.284
Mercadoria para revenda	162	177
Produtos em elaboração	5.750	5.927
Materiais poder de terceiros	474	255
Matéria-prima	36.684	28.784
Almoxarifado e outros	29.578	27.702
Adiantamento fornecedores	4.139	1.440
Provisão para perda na recuperação de ativos	-	(622)
Total	175.411	187.314

Provisões para perdas no grupo de estoques: São constituídas provisões para cobrir eventuais perdas com itens de baixa movimentação e sem previsão de uso definido por meio do programa de vendas.

Movimentação da provisão para perda na recuperação de ativos:

Descrição	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	622
Reversão da provisão	(622)
Saldo em 31/12/2017	0

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

9. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) (1)	83	108	7.322	13.682
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	-	-	162	138
PIS/COFINS	51	99	111	189
IRPJ/CSLL - Corrente (2)	1.771	1.684	9.467	8.661
Outros impostos	-	225	2.713	2.533
Total	1.905	2.116	19.775	25.203
Circulante	1.854	2.039	17.752	22.982
Não circulante	51	77	2.023	2.221
Total	1.905	2.116	19.775	25.203

- (1) Representado, principalmente, pelos créditos relativos às aquisições de ativo imobilizado e encargos financeiros, com relação a créditos de ativo imobilizados são utilizados no setor produtivo, descontados a valor presente, os quais estão sendo utilizados à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente.

Prazo de realização do ICMS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	25	-	1.264
2019	17	26	982	726
2020	17	26	632	231
2021	17	-	409	-
Total	51	77	2.023	2.221

- (2) Os valores de IRPJ/CSLL correspondem a valores recolhidos por estimativas e serão amortizados pela apuração anual do IRPJ e CSLL.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O saldo de R\$ 56.985 em 31 de dezembro de 2017, refere-se a valores de imposto de renda e contribuição social diferido correspondente ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Administração com base em seu orçamento estima que os créditos fiscais sejam realizados em um prazo de cinco anos, conforme abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	-	-	7.839
2018	2.079	-	13.780	8.481
2019	2.181	-	14.458	9.255
2020	2.598	-	17.218	10.067
2021	1.741	-	11.529	10.920
Total	8.599	-	56.985	46.562

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL. O Prejuízo Fiscal em 31 de dezembro de 2017 era de R\$167.603, sobre o qual foi constituído o valor de 34%. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

11. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Precatórios a receber (1)	-	-	11.128	11.614
Adiantamento de folha de pagamento	-	-	1.105	1.969
Créditos diversos	-	506	2.613	2.715
Total	-	506	14.846	16.298
Circulante	-	506	3.718	2.071
Não circulante	-	-	11.128	14.227
Total	-	506	14.846	16.298

- (1) Refere-se a créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010, respectivamente contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP.

12. Propriedade para investimentos

O saldo de R\$25.490 em 31 de dezembro de 2017 (R\$25.455 em 31 de dezembro de 2016), o qual está registrado a custo, refere-se a uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada "Rancho

Feliz”, com metragem aproximada de 1,4 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com as empresas Cipasa Desenvolvimento Urbano S/A, Scopel Desenvolvimento Urbano S/A, Prata Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil Salto S/A todas do setor imobiliário, para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

A área a ser comercializada, após realização da infraestrutura, será de aproximadamente 800 mil m². O VGV (Valor Geral de Vendas) equivalente a um montante estimado do projeto de R\$250 milhões e o Grupo terá 38% livre de ônus sobre esse total, cujo valor presente representará um montante entre R\$60 e R\$70 milhões.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de sete anos. A Companhia mantém os registros contábeis ao valor de custo na data base de 31 de dezembro de 2017.

13. Investimentos

Conforme demonstrado no organograma (Nota 2.3) a Companhia participa de diversas outras empresas as quais estão segregadas para melhorias das atividades operacionais. Abaixo demonstramos as participações e os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Os lucros não realizados nas vendas de controladas para a controladora foram eliminados no cálculo da equivalência patrimonial.

a) Informações relativas às controladas

Descrição	Participações						Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos		
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem (%)	Capital social	Lucro/(prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
ECTX Industria e Comércio Ltda.	Brasil	85.895	97,93	103.990	10.476	80.626	10.476	2.257	79.150	68.674	
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	Brasil	899	99,99	899	(99)	439	(99)	(247)	438	537	
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100,00	177	1.541	4.358	1.540	(371)	4.371	2.706	
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	Brasil	25.045	100,00	25.045	(4.416)	36.355	(4.416)	921	(246)	4.170	
Eucatex Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	Brasil	100	100,00	100	(4.142)	32.989	(4.142)	699	32.989	37.131	
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	Brasil	265.635	57,13	265.635	13.967	456.814	13.967	33.392	281.299	267.332	
Eucatex Imobiliária Ltda.	Brasil	279.432	99,99	279.432	16.535	540.506	16.234	20.081	544.275	528.041	
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Brasil	100	99,00	100	(234)	487	(230)	(95)	482	712	
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	Brasil	100	99,00	100	537	(4.295)	531	(1.147)	(4.252)	(4.783)	
AD Argilas Descorantes Ltda.	Brasil	5.223	99,99	5.223	(2)	(35)	(2)	(4)	(34)	(32)	
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	554.319	90,30	564.406	13.463	630.189	4.994	(24.021)	250.507	245.513	
ECTX Imobiliária Ltda.	Brasil	1	90,00	1	-	1	-	-	1	1	
Investimentos reclassificados para o passivo							38.853	31.465	1.188.980	4.286	4.814
							38.853	31.465	1.193.266	1.154.816	

b) Movimentação dos investimentos:

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Saldo em 31/12/2016
ECTX Industria e Comércio Ltda.	66.417	2.257	-	68.674
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	784	(247)	-	537
Eucatex of North America, Inc.	3.990	(371)	(913)	2.706
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	3.249	921	-	4.170
Eucatex Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	36.432	699	-	37.131
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	233.940	33.392	-	267.332
Eucatex Imobiliária Ltda.	507.960	20.081	-	528.041
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	807	(95)	-	712
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	(3.636)	(1.147)	-	(4.783)
AD Argilas Descorantes Ltda.	(28)	(4)	-	(32)
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	269.534	(24.021)	-	245.513
ECTX Imobiliária Ltda.	1	-	-	1
	1.119.450	31.465	(913)	1.150.002
Investimentos reclassificados para o passivo	-	-	-	4.814
	1.119.450	31.465	(913)	1.154.816

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Variação Cambial	31/12/2017
ECTX Industria e Comércio Ltda.	68.674	10.476	-	79.150
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	537	(99)	-	438
Eucatex of North America, Inc.	2.706	1.540	125	4.371
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	4.170	(4.416)	-	(246)
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	37.131	(4.142)	-	32.989
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	267.332	13.967	-	281.299
Eucatex Imobiliária Ltda.	528.041	16.234	-	544.275
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	712	(230)	-	482
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	(4.783)	531	-	(4.252)
AD Argilas Descorantes Ltda.	(32)	(2)	-	(34)
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	245.513	4.994	-	250.507
ECTX Imobiliária Ltda.	1	-	-	1
	1.150.002	38.853	125	1.188.980
Investimentos reclassificados para o passivo	4.814		-	4.286
	1.154.816	38.853	125	1.193.266

14. Partes relacionadas

a) Transações com sociedades relacionadas

Descrição	Controladora			
	Contratos de partes relacionadas – ativos		Contratos de partes relacionadas- passivos	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Eucatex S.A.	-	-	-	-
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	-	-	-
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	309	1.460
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	283	8.429	-	688
AD Argilas Descorantes Ltda.	1.696	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	-	-	1.758	1.599
Eucatex Ambiental, Logística e Transportes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	-	5
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	-	-	8	282
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	132.865	191.800	46.283	105.660
Total	134.844	200.229	48.358	109.694
Circulante	-	65.607	48.358	109.694
Não circulante	134.844	134.622	-	-
Total	134.844	200.229	48.358	109.694

Descrição	Consolidado			
	Receitas - juros de partes relacionadas		Despesas - juros de partes relacionadas	
	exercícios findos em		exercícios findos em	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	683	54	265	1.583
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	-	98	169
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	104	170	272	-
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	366	559	607	444
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	2	4
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	563	361	1.583	2.483
Ecat Ambiental Logística e Transportes Ltda.	-	-	67	121
Eucatex Imobiliária Ltda.	133	-	308	290
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	-	-	1.852	1.367
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	3	-	162	86
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	4.696	6.146	1.332	743
Total	6.548	7.290	6.548	7.290

Descrição	Consolidado			
	Compras matérias-primas e insumos		Receitas de vendas	
	exercícios findos em		exercícios findos em	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	17	462	-	65.609
Eucatex of North America Inc.	100.557	117.571	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	12	8	77.724	76.327
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	106.992	171.793	52.841	117.942
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	167.648	179.522	-	-
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	8.097	8.012	73	-
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	12.857	2.052
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	119.745	196.345	359.573	411.783
Total	503.068	673.713	503.068	673.713

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes. Estas operações são realizadas entre a controladora e suas controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para *Eucatex of North America Inc.* e de pisos, portas e tintas e vernizes para

Eucatex Distribuição e Logística Ltda. Já em relação às compras de insumos as controladas Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., são fornecedores, de matérias-primas tintas e vernizes e madeira em pé, respectivamente para sua controladora Eucatex S.A.

b) Transações com outras partes relacionadas – não consolidadas

Descrição das partes relacionadas	Tipo de transação	Contas a Pagar 31/12/2017	Total Pago 31/12/2017
Ideias Consultoria Ltda.	Consultoria empresarial	20	236
Total		20	236

A operação com a “Ideias Consultoria Ltda.” referem-se a serviços prestados no suporte a gestão dos negócios da Companhia.

c) Honorários da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi aprovado o limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração, R\$ 6.781 (R\$ 8.549 em 31 de dezembro de 2016). Não há benefícios adicionais para os membros da Administração.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Honorários do Conselho de Administração e Fiscal	686	169	685	251
Honorários da Diretoria Estatutária	-	-	6.096	8.298
	686	169	6.781	8.549

15. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação de eucalipto que são utilizadas como matéria-prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes.

Em 31 de dezembro de 2017, da Companhia possuía através das suas controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. aproximadamente 28 mil hectares em áreas de efetivo plantio (28 mil hectares em 31 de dezembro de 2016), as quais são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto.

Devido à dificuldade em identificar a existência de um mercado ativo ou mercado relevante para o ativo biológico analisado, a Companhia optou por mensurar o valor justo do ativo biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valorização dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de Desconto: taxa corrente de mercado apropriada para trazer os fluxos de caixa considerados a valores presentes nas datas de mensuração.
- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizada pela Companhia.
- Volumes – consideram o ciclo médio de colheita de 7 anos, e foram projetados com base na produtividade média. A produtividade poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos ao final de cada exercício/período.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada e aprovada pela administração.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2016	402.744	Saldo em 31/12/2015	383.807
Exaustão/cortes efetuados no período	(66.358)	Exaustão	(54.623)
Ganho na atualização do valor justo	22.496	Ganho na atualização do valor justo	29.831
Adições	64.907	Adições	43.729
Saldo em 31/12/2017	423.789	Saldo em 31/12/2016	402.744

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, destacam-se a variação do preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado.

16. Imobilizado

a) Composição e Movimentação

CONTROLADORA	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	877	-	-	-	877
Saldo contábil, líquido em 31/12/2016	-	-	-	877	-	-	-	877
Saldo inicial								
Aquisições	-	-	-	4	-	-	-	4
Custo	-	-	-	881	-	-	-	881
Saldo contábil, líquido em 31/12/2017	-	-	-	881	-	-	-	881

Consolidado	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2016	331.947	86.953	580.686	32.065	1.853	8.823	1.809	1.044.136
Aquisições	2.913	-	-	46.163	39	-	13	49.128
Variação cambial	-	-	74	-	-	-	-	74
Baixas	-	-	(1)	-	-	(69)	-	(70)
Depreciações	-	(5.683)	(55.126)	-	(325)	(2.720)	(603)	(64.457)
Transferências	-	1.005	49.937	(55.528)	213	4.082	291	-
Custo	334.860	159.045	1.087.109	22.700	5.618	19.412	4.892	1.633.636
Depreciação acumulada	-	(76.770)	(511.539)	-	(3.838)	(9.296)	(3.382)	(604.825)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2016	334.860	82.275	575.570	22.700	1.780	10.116	1.510	1.028.811
Aquisições			91	43.242	50	12	43	43.438
Variação cambial			(103)					(103)
Baixas			(465)			(16)		(481)
Depreciações		(5.066)	(54.219)		(276)	(2.971)	(484)	(63.016)
Transferências			44.118	(51.429)	15	7.296		-
Custo	334.860	159.045	1.130.750	14.513	5.683	26.704	4.935	1.676.490
Depreciação acumulada	-	(81.836)	(565.758)	-	(4.114)	(12.267)	(3.866)	(667.841)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2017	334.860	77.209	564.992	14.513	1.569	14.437	1.069	1.008.649

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente a construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, a construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, quando possível mensurar com segurança através de suas linhas de financiamento.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

c) Método de depreciação

Apresentamos a seguir as taxas médias ponderadas anuais.

Taxas anuais de Depreciação	Taxa	
	31/12/2017	31/12/2016
Edifícios e benfeitorias	3,12%	3,49%
Máquinas, equipamentos e instalações	4,73%	4,68%
Móveis e utensílios	4,23%	5,18%
Veículos	14,02%	13,29%
Outros ativos	4,34%	9,94%

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Em 31 de dezembro de 2017, após as devidas análises e estudo, a Companhia não evidenciou nenhum ajuste por perda de recuperabilidade sobre seus ativos imobilizados, em consonância com o pronunciamento contábil CPC 01 (R1)/IAS 36.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera descontinuar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

17. Intangível

Descrição	CONSOLIDADO		
	Software	Marcas e Patentes	Total
Em 31/12/2015			
Saldo inicial	1	266	267
Amortização	0	(16)	(16)
Saldo contábil, líquido	1	250	251
Saldo inicial em 31/12/2016			
Custo	661	948	1.609
Amortização acumulada	(660)	(698)	(1.358)
Saldo contábil, líquido	1	250	251
Em 31/12/2017			
Saldo inicial	1	250	251
Amortização	-	(16)	(16)
Saldo contábil, líquido	1	234	235
Saldo final em 31/12/2017			
Custo	661	948	1.609
Amortização acumulada	(660)	(714)	(1.374)
Saldo contábil, líquido	1	234	235
Taxa média de amortização	20%	5%	

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Vencimento	Encargos	Amortização	Garantia	Controladora		Consolidado	
						31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante									
Capital de giro	Real	dez/2018	100% CDI + 3,80% a.a	Única	Duplicatas	-	-	4.258	12.553
Capital de giro-Factoring (Risco Sacado)	Real	mai/2018	0,99% a.m	Única	-	-	-	9.496	16.451
CDCA (2)	Real	dez/2018	100% CDI + 2,90% a.a	Anual	Duplicatas + alienação fiduciária de florestas e hipoteca de fazendas	-	-	47.545	24.805
Crédito Rural	Real	dez/2018	12,75 Pré	Mensal	Alienação Fiduciária	-	-	-	1.562
Finame	Real	dez/2018	3,0 % a.a à 9,0% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	595	593
CCE/ real	Real	dez/2018	100% CDI + 3,80% a.a	Mensal	Duplicatas	-	-	44.958	32.295
ACC/Pré-pagamento	Dolar	dez/2018	2,98% a.a à 6,5% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	-	154	120.404	123.473
Pré-pagamento exportação (1)	Dolar	dez/2018	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota promissória	-	-	17.899	17.076
Total circulante						-	154	245.155	228.808
Não Circulante									
Capital de giro	Real	Set/2018	100% CDI + 3,80% a.a	Única	Duplicatas	-	-	-	1.875
CDCA (2)	Real	Out/2018	100% CDI + 2,90% a.a	Anual	Duplicatas + alienação fiduciária de florestas e hipoteca de fazendas	-	-	-	23.101
Crédito Rural	Real	Ago/2022	9% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	12.872	-
CCE/ real	Real	Mar/2020	100% CDI + 3,80% a.a	Mensal	Duplicatas	-	-	25.389	22.117
Finame	Real	Jun/2020	3,0 % a.a à 9,0% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	546	1.132
Pré-pagamento exportação (1)	Dolar	set/2023	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota promissória	-	-	55.763	54.939
ACC/Pré-pagamento	Dolar	Fev/2020	5,10% a.a à 6,5% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	-	-	11.575	11.201
Total não circulante						-	-	106.145	114.365
Total geral						-	154	351.300	343.173

(1) Refere-se a contratos de pré-pagamento de exportação junto ao DB Service Uruguay S/A, renegociado no plano de recuperação judicial aprovado em 19/09/2007, com amortização em 28 parcelas trimestrais após um período de carência de três anos, com taxa de juros LIBOR de seis meses. Os saldos das operações de empréstimo estão registrados de acordo com os atos aprovados na assembleia geral de credores, que aprovou o plano de recuperação judicial. Até 30 de setembro de 2017 não foram feitos pagamentos ao DB Service Uruguay S/A.

(2) No mês de outubro de 2013 a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – (“CDCA”) com a numeração 001/2013 ECTX. As Cédulas de Produto Rural Financeiras foram emitidas pela controlada Novo Prisma Agro Florestal Ltda., e representa os

Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados ao presente CDCA. O Valor Nominal da emissão é de R\$ 70 milhões e será pago em 03 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês a contar da data de emissão.

Como garantia dos empréstimos e dos financiamentos foram oferecidos terrenos, máquinas e equipamentos. Além desses a Companhia ofereceu como garantia aproximadamente 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais e fazendas de propriedade da Eucatex Imobiliária Ltda., oferecidas e aceitas como garantia as quais estão localizadas na região de Botucatu e Avaré (SP), que corresponde área de 1.283 hectares.

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	61.961
2019	51.330	19.047
2020	17.068	11.308
2021	13.783	11.062
2022	12.811	10.987
2023	11.153	-
Total	106.145	114.365

Movimentação dos empréstimos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	154	16.884	343.173	314.127
Capitações	-	-	181.854	203.593
Amortizações e pagamentos de juros	(154)	(15.761)	(223.657)	(201.154)
Juros e variação cambial e monetária	-	(969)	49.930	26.607
Saldo Final	-	154	351.300	343.173

19. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Moeda nacional	-	1.174	138.424	128.809
Moeda estrangeira	-	-	1.948	4.725
Total	-	1.174	140.372	133.534
Circulante	-	1.174	140.372	133.534
Total	-	1.174	140.372	133.534

20. Obrigações trabalhistas

Descrição	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
PLR a pagar	3.343	4.920
INSS a recolher	4.769	6.258
FGTS a recolher	1.050	1.046
Provisão de férias e encargos	15.308	15.079
Total	24.470	27.303

21. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IPI	-	-	2.066	997
PIS/COFINS	-	-	933	1.138
ICMS	-	-	3.583	3.369
ISS	-	-	41	89
IRPJ/CSLL	4	-	5.890	4.281
Outros	20	-	160	-
Total	24	-	12.673	9.874

22. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PPI e PEP - ICMS	-	567	1.738	4.137
REFIS IV	11.804	12.037	34.394	54.692
Outros	773	-	773	1.629
Total	12.577	12.604	36.905	60.458
Passivo circulante	1.842	1.562	23.032	28.335
Passivo não circulante	10.735	11.042	13.873	32.123
Total	12.577	12.604	36.905	60.458

a) REFIS - Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento especial "REFIS IV" na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parcelados e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está adimplente com os pagamentos. Abaixo movimentação do REFIS IV:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016	12.037	54.692
Baixas	(1.034)	(24.143)
Atualizações monetária	801	3.845
Saldo Final em 31 de dezembro de 2017	11.804	34.394

Segue abertura dos valores estimados para o desembolso anual do REFIS IV:

Cronograma de Desembolso REFIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	1.020	-	25.477
2018	1.069	1.574	20.520	4.174
2019	1.074	1.574	1.387	4.174
2020	1.074	1.574	1.387	4.174
2021	1.074	1.574	1.387	4.174
2022	1.074	1.574	1.387	4.174
2023	1.074	1.574	1.387	4.174
2024 a 2029	5.365	1.573	6.939	4.171
Total	11.804	12.037	34.394	54.692

b) A Companhia, fez a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”), junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Lei 13.496/2017.

O valor nominal desses débitos atualizado foi de R\$24.558, dos quais após aplicação das reduções gerou um débito de R\$ 12.125 que foram pagos em parcelas mensais até dezembro de 2017 no montante de R\$ 1.229 e, o saldo remanescente foi liquidado utilizando crédito de imposto de renda e da contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social sobre lucro líquido acumulado, conforme faculta a lei. A adesão ao PERT gerou um efeito no resultado no valor de R\$ 12.897 (nota 33).

Movimentação:

Descrição	Controladora	Consolidado
Valor Principal	6.887	10.084
Multa, juros e encargos	4.119	14.474
Perdões conforme previsto na lei	(3.260)	(12.433)
Pagamentos	(550)	(1.229)
Pagamento com Prejuízo Fiscal	(7.196)	(10.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-

A adesão ao programa de parcelamento PERT, encontra-se em análise pela Receita Federal do Brasil – RFB, e não foi homologado pela autoridade da tributária competente, o deferimento confirmando a dívida consolidada dependerá da finalização da análise pela referida autoridade competente.

23. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia elétrica	-	-	4.445	4.206
Fretes a pagar	-	-	6.149	4.780
Comissões a pagar	-	-	4.598	3.405
Outras	1.286	-	10.873	8.016
Total	1.286	-	26.065	20.407

24. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2017, encontra-se provisionado no Consolidado o montante de R\$ 30.684 (R\$33.365 em dezembro de 2016), o qual, conforme a Administração baseada na opinião de seus assessores legais julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Impostos estaduais	-	2.613
Impostos e contribuições federais	14.618	21.829
Provisões trabalhistas	6.927	6.927
Provisões cíveis e outras	9.139	1.996
Total da provisão para demandas judiciais	30.684	33.365

As movimentações na provisão para demandas judiciais líquidas estão sumarizadas a seguir:

Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.442	6.927	1.996	33.365
Adições	-	-	7.143	7.143
Baixas	(9.824)	-	-	(9.824)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	14.618	6.927	9.139	30.684

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

A Companhia também discute judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A partir de 15 de março de 2017 a Companhia, baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sistemática de repercussão geral, do Recurso Extraordinário que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, passou a reconhecer nas suas apurações essa decisão. A Companhia está amparada pelo posicionamento de seus assessores legais de que o risco de perda nesse processo é remoto.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes.

Os montantes dos processos classificados como possível em 31 de dezembro de 2017 são: tributário R\$ 193.688 (R\$ 152.860 em 31 de dezembro de 2016), previdenciários R\$ 4.732 (R\$ 4.732 em 31 de dezembro de 2016), cível R\$ 5.745 (R\$ 12.813 em 31 de dezembro de 2016) e trabalhistas R\$15.827 (R\$ 16.028 em 31 de dezembro de 2016).

25. Debêntures a pagar

Em 18 de abril de 2012 a Companhia aprovou em assembleia geral extraordinária realização de emissão pública de 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures simples ao valor unitário de R\$ 10 (dez mil reais), equivalentes a R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais) na data da emissão, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, a serem ofertadas publicamente com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme de subscrição e com vencimento em 5 (cinco) anos contados da data da emissão vencendo em junho de 2017, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Os recursos captados por meio de oferta restrita foram utilizados pela emissora para reforçar seu capital de giro e para alteração do perfil das dívidas de curto prazo da Emissora.

Abaixo listamos alguns dos “Eventos de Vencimentos Antecipados” (*covenants*) constantes na escritura de emissão de debêntures:

- a) Índice de cobertura de serviço de dívida
Geração de caixa/serviço da dívida = mínimo de 1,3
- b) Índice de alavancagem – máx. 2,0
(Dívida financeira líquida/ebtida)
- c) Relação entre endividamento C.P / Endividamento L.P. = 60%

Em 31 de dezembro de 2017 não havia saldo dessa obrigação, o qual foi liquidado no mês de junho de 2017, conforme prévia a escritura.

26. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas foram tributadas pelo lucro real, com exceção das controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., as quais foram optantes pelo lucro presumido e também quanto a *Eucatex of North America Inc*, (“ENA”) que é tributada com base na legislação tributária local.

a) Os componentes de impostos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ajustes CPC's/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	46.251	46.251
Ajustes CPC's/IFRS - alteração da vida útil do imobilizado	-	-	48.855	46.142
Reavaliação de florestas	2.387	2.387	2.387	2.387
Total passivo não circulante	2.387	2.387	97.493	94.780

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	29.647	34.204	31.303	36.441
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(10.080)	(11.629)	(10.643)	(12.390)
Adições / Exclusões				
Equivalência patrimonial	13.210	10.698	-	-
Realizações da reserva de reavaliação	-	-	-	(44)
Diferença depreciação fiscal x societária	-	-	7.056	6.483
Efeitos Tributários - Lucro Presumido de Controladas (1)	-	-	2.529	2.695
Outras adições e exclusões líquidas	9.158	305	11.692	325
Imposto de renda e contribuição social	12.288	(626)	10.635	(2.931)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	-	(662)	(7.835)	(4.573)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12.288	36	18.470	1.642
Alíquota efetiva	0%	2%	25%	13%

(1) No consolidado estão incluídos os efeitos tributários entre as formas de apuração do lucro real e presumido, uma vez que duas de suas controladas são optantes pelo lucro presumido.

27. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016, é de R\$488.183, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

b.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 - Reserva para expansão de investimento

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A Administração proporá na Assembleia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

b.3 - Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar corresponde aos efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos

biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido.

c. Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

Em 31 de dezembro de 2017, foram calculados os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 5.946, representando R\$0,06054 por ação ordinária e R\$0,06659 por ação preferencial. (Em 31 de dezembro de 2016, foram calculados os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 4.773, representando R\$0,04860 por ação ordinária e R\$0,05346 por ação preferencial). Conforme demonstrado no quadro abaixo:

Os dividendos em 31 de dezembro foram calculados da seguinte forma	2017	2016
Lucro líquido do exercício	41.937	33.578
Reserva legal	(2.097)	(1.679)
Realização da reserva de reavaliação	34	97
Realização/reversão do ajuste de avaliação patrimonial	(2.402)	2.857
Constituição/Realização da reserva de lucros a realizar (1)	(13.687)	(15.757)
Lucro líquido base para dividendos	23.785	19.096
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.947	4.773

(1) A Realização de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao impacto líquido no resultado da avaliação pelo valor justo dos ativos biológicos também a constituição de ativo fiscal diferido.

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio e dividendos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$69.612 sendo R\$ 5.946 do exercício de 2017, R\$2.526 do exercício 2016, R\$ 724 do exercício de 2015, R\$3.736 do exercício de 2014, R\$15.755 do exercício de 2013, R\$7.394 do exercício de 2012 e R\$33.531 do exercício de 2011 e 2010.

d. Ações em tesouraria

Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

A quantidade de ações em circulação no mercado era de 59.231.903 (cinquenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentas e três). A Companhia poderia recomprar suas ações preferenciais sem valor nominal de emissão da Companhia até o percentual de 10% (dez por cento). O prazo máximo para aquisição é de 12 (doze) meses, com início em 14 de abril de 2011 e término em 14 de abril de 2012. A aquisição de ações foi feita no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha 483.034 (483.034 em dezembro de 2016) de ações preferenciais em tesouraria. Estas ações são mantidas em tesouraria para alienação futura. O valor de mercado de cada ação preferencial, em 31 de dezembro de 2017 era de R\$3,95 por ação totalizando R\$1.872 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2,81 por ação totalizando R\$ 1.357).

e. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

Lucro por ação	31/12/2017	31/12/2016
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	41.937	33.578
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	92.136.222	92.136.222
Lucro líquido por ação - básico (em reais)	R\$ 0,455	R\$ 0,364
Lucro líquido por ação - diluído (em reais)	R\$ 0,455	R\$ 0,364
Lucro básico por ações ordinárias (em reais)	R\$ 0,427	R\$ 0,342
Lucro básico por ações preferenciais (em reais)	R\$ 0,470	R\$ 0,376

Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

28. Compromissos

A controlada Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. As formas de pagamento destes compromissos de arrendamentos são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou através de contratados de parceria rural mediante participação nos frutos no momento da colheita. Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas ao longo

dos exercícios de 2017 e 2016 corresponderam a um desembolso anual de R\$12.000. O vencimento do último contrato será em 2029, sendo que o prazo médio dos contratos é de 12 anos.

29. Benefícios a administradores e empregados

- a) A Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

A Companhia tem uma política de conceder participação nos lucros e resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e em 31 de dezembro de 2017, o montante provisionado é de R\$ 3.343 (R\$4.920 em 31 de dezembro de 2016), Nota 20.

30. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Administração, os quais estão segmentados entre os produtos madeira e tintas.

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

Descrição	Madeira e Outros		Tintas		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita Líquida de Vendas e Serviços	950.752	884.443	254.609	260.007	1.205.361	1.144.450
Ativo Biológico	22.496	29.831	-	-	22.496	29.831
Custos dos produtos e dos serviços prestados	(707.831)	(653.366)	(190.425)	(201.811)	(898.256)	(855.177)
Lucro Bruto	265.417	260.908	64.184	58.196	329.601	319.104
	27,9%	29,5%	25,2%	22,4%	27,3%	27,9%

O resultado consolidado considera as eliminações das vendas entre as empresas da Companhia. No exercício de 2017 um dos clientes da Companhia, no segmento de madeira, representou 11% da receita líquida consolidada, que correspondente ao montante de R\$ 137.131. Na elaboração das informações por segmento a Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

31. Receita operacional líquida

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada, para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas	-	62.624	1.441.312	1.369.937
Mercado interno	-	62.624	1.270.999	1.221.463
Mercado externo	-	-	188.229	190.527
Devoluções	-	-	(17.916)	(42.053)
Impostos e contribuições sobre vendas	-	(17.049)	(235.951)	(225.487)
Receita Líquida de vendas	-	45.575	1.205.361	1.144.450

32. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	-	(36.631)	(898.256)	(855.177)
Despesas com vendas	-	-	(172.248)	(175.173)
Despesas gerais e administrativas	(622)	(2.737)	(51.088)	(49.335)
	(622)	(39.368)	(1.121.592)	(1.079.685)
Matéria-prima consumida e outros custos e despesas	(247)	(36.899)	(682.453)	(644.152)
Despesas com pessoal e encargos	-	-	(201.405)	(199.663)
Despesas de vendas variáveis	-	-	(107.293)	(105.863)
Depreciação e amortização	-	-	(62.984)	(64.396)
Serviços de terceiros	(359)	(2.464)	(49.165)	(50.749)
Propaganda e publicidade	-	-	(13.609)	(12.309)
Impostos e taxas	(16)	(5)	(4.683)	(2.553)
	(622)	(39.368)	(1.121.592)	(1.079.685)

33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos trabalhistas e rescisões de representantes	-	-	(9.782)	(8.580)
Adesão à parcelamento PERT	(4.817)	-	(12.897)	-
Outras despesas e receitas (líquidas)	(786)	(387)	5.650	(893)
Total	(5.603)	(387)	(17.029)	(9.473)

34. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita com avp	7	-	4.382	1.774
Receita com derivativos	-	-	-	14
Receita com descontos concedidos, obtidos	-	-	369	426
Receita com juros	-	-	2.044	6.079
Receita com juros partes relacionadas	683	54	6.549	7.290
Receita com variação cambial	177	368	28.882	64.909
Receita com variação monetária dos empréstimos	-	371	-	371
Outras Receitas	496	4.482	1.355	5.475
Receitas financeiras	1.363	5.275	43.581	86.338
Despesa com avp	-	(13)	(2.635)	(2.223)
Despesa com derivativos	-	-	(238)	(294)
Despesa com descontos concedidos, obtidos	-	-	(3.783)	(5.173)
Despesa com despesas bancárias	(540)	(600)	(5.692)	(7.528)
Despesa com juros	(173)	(2.778)	(36.516)	(46.789)
Despesas com juros partes relacionadas	(265)	(1.583)	(6.549)	(7.290)
Despesa com juros sobre debêntures	(12)	(393)	(1.528)	(5.945)
Despesa com variação cambial	(172)	(146)	(31.770)	(38.355)
Outras Despesas	(1.693)	(1.538)	(2.018)	(2.019)
Despesa variação monetária dos impostos	(801)	(1.136)	(4.002)	(10.855)
Despesas financeiras	(3.656)	(8.187)	(94.731)	(126.471)
Resultado financeiro líquido	(2.293)	(2.912)	(51.150)	(40.133)

35. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia e suas controladas estão estudando a renovação das suas apólices de seus seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, atualmente vencidas (Parque Fabril, Estoques), considerando a natureza e riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores em seguros.

Dada a natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais, a Administração da Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros, por outro lado a Administração da Companhia, optou pela adoção de políticas de proteção, das quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades operacionais e financeira da Companhia. Desta forma, a Administração entende que, sua política de proteção, de gerenciamento dos riscos e procedimentos adotados relacionados às atividades florestais, são adequadas e mitigam os riscos, principalmente de eventual descontinuidade operacional da Companhia.

As premissas de riscos para seguros, bem como, as políticas de proteção adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Evento subsequente

Em 31 de janeiro de 2018 a Companhia fez uma proposta vinculativa aceita pela Duratex S.A envolvendo uma troca de ativos entre as empresas. A transação tem como base o valor de R\$ 60 milhões.

A Companhia receberá da Duratex instalações e equipamentos destinados à produção de chapas finas de fibra de madeira (processo úmido), que estão localizados no Município de Botucatu, Estado de São Paulo, onde já possui sua unidade de MDP e Pisos Laminados e a maioria do seu ativo florestal.

A Duratex receberá da Companhia uma fazenda denominada "Fazenda Vitoria", localizada no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo. Esta fazenda se situa atualmente fora do raio ideal para o uso em suas unidades fabris, localizadas em Salto e Botucatu, Estado de São Paulo.

O fornecimento de madeira para essa nova unidade fabril virá de florestas próprias e de terceiros, incluindo a Duratex, com quem celebrará um contrato de fornecimento por até 7 anos, possibilitando a unidade fabril trabalhar na sua capacidade total de 200.000 m³/ano, caso haja mercado.

Com base na legislação vigente, a consumação desta operação está condicionada à aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Até lá, a gestão das linhas permanecerá sob a responsabilidade da Duratex S.A.

Com a nova unidade de chapas finas de fibra de madeira (processo úmido), a Companhia participará no Brasil e no exterior em clientes onde atualmente não atua com seus produtos, solidificando, assim, sua posição em um mercado cada vez mais globalizado.

Conselho de Administração		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otávio Maluf	Flávio Maluf	Antônio Delfim Netto
		Dácio Antônio Pereira Oliveira
		Marcelo Faria Parodi
		Heitor Aquino Ferreira
		Miguel João Jorge Filho

Diretoria		
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente Geral	Diretor Vice-Presidente Executivo
Flávio Maluf	Otávio Maluf	José Antônio Goulart de Carvalho (*)

(*) E de Relações com Investidores

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP 220148/O-6
Controller